

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Teorias e Práticas da Geografia Escolar

Ana Bruna Braga Batinga

**DECOLONIALIDADE E FORMAÇÃO DE
PROFESSORES: UMA REFLEXÃO BASEADA NA
GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO COLÉGIO PEDRO II**

Rio de Janeiro
2025

Ana Bruna Braga Batinga

**DECOLONIALIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA REFLEXÃO
BASEADA NA GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO COLÉGIO PEDRO II**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Pós-graduação em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de Geografia

Orientador Professor Dr. Pedro Bernardes Pinheiro

Rio de Janeiro
2025

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

B333 Batinga, Ana Bruna Braga

Decolonialidade e formação de professores : uma reflexão baseada na graduação em geografia do Colégio Pedro II / Ana Bruna Braga Batinga. – Rio de Janeiro, 2025.

17 f.

Artigo Científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Teorias e Práticas da Geografia Escolar) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Pedro Bernardes Pinheiro.

1. Geografia - Estudo e ensino. 2. Decolonialidade. 3. Geografia - Ensino - Currículos. 4. Licenciatura - Geografia. 5. Colégio Pedro II. 6. Formação docente. I. Pinheiro, Pedro Bernardes. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 910

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Ana Bruna Braga Batinga

**DECOLONIALIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA REFLEXÃO
BASEADA NA GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO COLÉGIO PEDRO II**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Programa de Pós-graduação em Teorias e Práticas da Geografia Escolar, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de Geografia

Aprovado em: 10/10/2025.

Banca Examinadora:

Dr. Pedro Bernardes Pinheiro (TPGE/ CPII)

Titulação e nome do orientador (Orientador)
Instituição a que pertence

Dr. Marcus Vinicius Silva Gomes (TPGE/ CPII)

Titulação e nome do segundo membro da banca
Instituição a que pertence

Dr. Nelson Diniz de Carvalho Filho (CPII)

Titulação e nome do terceiro membro da banca
Instituição a que pertence

Rio de Janeiro
2025

DECOLONIALIDADE E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA REFLEXÃO BASEADA NA GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO COLÉGIO PEDRO II

Ana Bruna Braga Batinga

Resumo: Este artigo analisa as intersecções entre o campo teórico da Colonialidade e o ensino de Geografia, com foco na experiência do Colégio Pedro II, propondo uma reflexão sobre estruturas de poder, saber e ser e como a geografia pode ser ressignificada para emancipar sujeitos marginalizados. O currículo do curso de Licenciatura em Geografia, iniciado em 2020, é apresentado como exemplo de aplicação desse debate na formação docente, incorporando eixos transversais sobre raça, gênero, natureza e epistemologias insurgentes do Sul Global. Embora a presença explícita de referências decoloniais varie entre disciplinas, o curso promove práticas pedagógicas e escolhas bibliográficas que buscam romper com a tradição de uma geografia eurocêntrica, articulando teoria e prática. A decolonialidade, nesse sentido, não é um adendo, mas um princípio estruturante, orientando a construção de uma educação crítica, emancipatória e transformadora. O trabalho evidencia que esse processo se realiza continuamente, em diálogo com epistemologias insurgentes e práticas comprometidas com a ruptura das hierarquias coloniais, apontando para possibilidades concretas de um mundo mais justo.

Palavras-chave: Geografia decolonial; Currículo; Colégio Pedro II; Decolonialidade.

DECOLONIALITY AND GEOGRAPHY TEACHING: A REFLECTION BASED ON THE GEOGRAPHY UNDERGRADUATE PROGRAM AT COLÉGIO PEDRO II

Abstract: This article analyzes the intersections between the theoretical field of Coloniality and Geography teaching, focusing on the experience of Colégio Pedro II, and proposes a reflection on structures of power, knowledge, and being, as well as how geography can be re-signified to empower marginalized subjects. The curriculum of the Geography Teacher Education program, launched in 2020, is presented as an example of applying this debate in teacher training, incorporating transversal axes on race, gender, nature, and insurgent epistemologies from the Global South. Although the explicit presence of decolonial references varies across courses, the program promotes pedagogical practices and bibliographic choices that aim to challenge the tradition of Eurocentric geography, articulating theory and practice. Decoloniality, in this sense, is not an addendum but a structuring principle, guiding the construction of a critical, emancipatory, and transformative education. The study demonstrates that this process unfolds continuously, in dialogue with insurgent epistemologies and practices committed to disrupting colonial hierarchies, pointing to concrete possibilities for a more just world.

Keywords: Decolonial geography; Curriculum; Colégio Pedro II; Decoloniality.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2020, poucos dias antes de a Organização Mundial da Saúde declarar a pandemia de Covid-19, o Colégio Pedro II, instituição da rede federal com mais de 180 anos de história, inaugurou seus primeiros cursos de graduação na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Estampando a decolonialidade como compromisso central, a proposta surpreendeu o público discente, que logo se via instigado a questionar até mesmo o significado etimológico dessa palavra. Entre esses estudantes, estava eu, integrante da primeira turma da Licenciatura Integrada em Humanidades - Geografia.

Cinco anos depois, já é possível reconhecer frutos concretos desse projeto. Professores e pesquisadores que hoje atuam na rede pública são resultados imediatos dessa formação, enquanto o compromisso decolonial permanece vivo como ponto de convergência entre muitos egressos. Da condição de desconhecimento ao objeto de pesquisa, a decolonialidade tornou-se, para mim, eixo de reflexão. É nesse contexto que este artigo busca fomentar o debate sobre a formação de professores em uma perspectiva decolonial, refletindo sobre como a experiência da Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II pode articular três dimensões: a formação de professores, a decolonialidade e a geografia.

O campo teórico da Modernidade/Colonialidade (M/C) tem como objetivo central romper com estruturas de dominação que persistem mesmo após o fim do colonialismo. Essa crítica tensiona múltiplos debates ao evidenciar que a opressão dos povos amefricanos (González; Ortiz, 2022) ocorreu de forma muito mais profunda do que somente a partir da exploração física, alcançando dimensões do ser, do saber, do poder e da relação com a natureza (Quijano, 2000). Tais dinâmicas se manifestam nas estruturas de raça, classe e gênero, de modo que os produtos do Norte Global assumem um caráter legítimo e dominante, enquanto aquilo que emerge do Sul Global é constantemente subalternizado.

Essa lógica estrutural se reflete na formação da sociedade brasileira assim como em outras sociedades, especialmente latino-americanas, marginalizando sujeitos que não se enquadram no padrão europeu, branco, homem e hétero-cis. No âmbito científico, essa perspectiva se traduz na desqualificação de saberes não hegemônicos, muitas vezes rotulados como mitos, folclores ou manifestações do senso comum. Consequentemente, tais conhecimentos enfrentam um contínuo processo de epistemicídio (Santos; Menezes, 2010), galgado pelo racionalismo e pelo antropocentrismo.

Na Geografia, a colonialidade manifesta-se na tentativa de dissociar a análise do espaço dos sujeitos que o constituem. No entanto, o espaço não é neutro, ele representa concretamente as relações sociais marcadas por raça, gênero, classe, sexualidade e nacionalidade, sendo, portanto, a manifestação plena da sociedade (Silva, 2010). Diante disso, surge o desafio de pensar uma geografia efetivamente decolonial e de promover um ensino de geografia comprometido com essas perspectivas.

A criação de um curso de geografia em uma instituição de ensino pública e clássica, como o Colégio Pedro II, poderia inicialmente parecer apenas mais uma cátedra robusta, fria e tradicional, semelhante a tantas outras no meio acadêmico. No entanto, o objeto deste trabalho se revela instigante ao propor um curso com a decolonialidade enquanto base teórica, localizado justamente na Zona Oeste do Rio de Janeiro, região com um dos menores IDHs da cidade (IPP, 2015). Este movimento, significa dar vozes às existências distanciadas das demais vivências da cidade, e principalmente da academia – e não apenas uma voz qualquer, mas uma voz situada no espaço, e dentre essas vozes, a minha enquanto autora desse texto, que busca, sobretudo, propor uma reflexão sobre algumas das praticabilidades existentes a partir de um currículo decolonial.

A Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II oferece contribuições significativas nesse sentido, e como egressa do curso de graduação e pós-graduação, busco, neste trabalho,

refletir sobre a inserção de pautas urgentes em conteúdos comumente dissociados das espacialidades. Por isso, este artigo propõe uma reflexão sobre o delineamento do curso, evidenciando, através de seu Projeto Político Pedagógico, dos Planos de Estudo de algumas de suas disciplinas, e das abordagens em sala de aula, as possíveis articulações entre a geografia, a formação docente e a decolonialidade, não com a intenção de limitar, mas de inspirar o leitor em seu constante movimento de ensino-aprendizagem.

Como destaca Brasil Correa (2025), “Trata-se, portanto, não da substituição de um cânone por outro, mas da expansão radical do repertório geográfico para incluir vozes, corpos e territórios historicamente silenciados pelo projeto colonial moderno.” Essa reflexão evidencia como a dissociação entre produção teórica e dinâmicas reais reforça hierarquias de saberes, justificando a análise prática proposta neste artigo, que tem o curso de licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II como objeto central.

A Geografia, nesse contexto, revela-se um método eficaz para legitimar as múltiplas resistências políticas e epistêmicas historicamente apagadas. O giro decolonial inaugura novas formas de interpretar os fenômenos espaciais, denunciando o mito da superioridade europeia e evidenciando como essa narrativa foi construída em detrimento de povos e culturas subalternizadas. Assim, a Geografia decolonial emerge como ferramenta crucial na formação de professores, visando a construção de uma sociedade que reconheça e valorize a diversidade de existências, compreendendo que a transformação social só é possível por meio da educação (Freire, 1996).

Assim, este trabalho busca evidenciar a decolonialidade em seu sentido amplo (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2019), isto é, não se restringindo a autores específicos, mas apontando para práticas pedagógicas e metodológicas que compuseram as discussões do curso analisado, tendo como objetivo transversal a ruptura de tais estruturas.

Essa abordagem não apenas conscientiza, mas também capacita os estudantes a resistirem às dinâmicas do capital que tanto marcam o tempo presente. Superar essa lógica desenvolvimentista e linear é, portanto, crucial para a Geografia decolonial, evidenciando que o colonialismo se manifestou não apenas na política e economia, mas também em todas as dimensões do nosso ente ontológico, moral e estético (Gonçalves, 2005).

Além disso, para o professor de Geografia, propor abordagens que valorizem os outros-lugares, ou seja, espaços sociais e epistêmicos que resistam à lógica colonial, é fundamental para construir uma prática pedagógica alinhada com este compromisso, considerando que todo conhecimento possui um lugar de enunciação (Mignolo, 2002). Torna-se, assim, urgente refletir sobre o cuidado no uso do discurso sobre a natureza, por exemplo. A separação entre “Geografia Humana” e “Geografia Física”, embora pedagogicamente comum, contribui para uma concepção de dinâmicas pouco relacionadas, reforçando a ideia de dominação do meio natural a partir de uma perspectiva eurocêntrica, sustentada pela supremacia do racionalismo e do humanismo.

Compreender essa perspectiva no século XXI é fundamental, pois fortalece os sujeitos com conhecimento e senso crítico, atuando como instrumento de emancipação, não propondo somente uma crítica ao conteúdo, mas uma ruptura com os moldes coloniais de produção de conhecimento, ou seja, não se limitando a oferecer uma nova leitura do mundo, mas propondo a existência de outros mundos possíveis. Como afirmam Mignolo e Walsh (2018), a decolonialidade não é uma reforma do pensamento moderno, mas seu desfazimento, onde se propõe a abertura a epistemologias insurgentes que emergem a partir de lugares de silenciamento.

2 CURRÍCULO DECOLONIAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O debate sobre o pensamento decolonial amplia e ressignifica diversos conceitos clássicos da disciplina, fomentando a criação de novas categorias comprometidas com a crítica à colonialidade e às suas permanências. No entanto, planejar uma aula da disciplina, dentro de um intenso campo de disputas políticas e curriculares que a tensionam, a partir de um compromisso decolonial, pode ser desafiador – requer compromisso, sensibilidade e abertura para o diálogo com saberes múltiplos e práticas pedagógicas que rompam com o pensamento homogêneo e hierárquico que marca a tradição colonial do ensino.

A proposta do Colégio Pedro II em incluir a decolonialidade como eixo de todo currículo da Licenciatura em Geografia revela que o compromisso decolonial torna-se viável nos mais diversos campos de análise. Muito destinado às disciplinas ditas “humanas”, os debates que permeiam os eixos decoloniais são estratégicos dentro da Geografia como um todo, já que disciplina escolar ocupa um lugar bastante oportuno na construção de leituras críticas do espaço e da sociedade. Como destacado por Tomelin, dos Santos e Rausch (2022), a decolonialidade é uma proposta de renovação crítica da escola, sendo, portanto, uma ferramenta de pensar-outro.

Fundado em 1837, o Colégio Pedro II é uma das instituições educacionais mais tradicionais do Brasil, com uma organização singular dentro da rede pública de ensino. Desde sua origem, pertence à esfera federal, diferentemente da maioria das escolas de educação básica no país, o que o torna um caso único: embora voltado prioritariamente à Educação Básica, integra o sistema federal de ensino público, destacando-se pela abrangência e excelência de sua atuação, além de também ter sido pioneiro no Brasil ao incluir a Geografia no currículo da educação básica (Rocha, 2014).

Atualmente, o Colégio Pedro II oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional Técnica, Educação de Jovens e Adultos (Proeja), além de Educação Superior e Pós-Graduação, consolidando-se como uma instituição multifacetada e comprometida com a formação cidadã e acadêmica em todas as etapas da vida escolar.

A criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* (com cursos de Especialização e Mestrado Profissional) marcou o primeiro movimento institucional voltado à formação continuada de professores, reafirmando o papel do Pedro II não apenas como espaço de ensino, mas também como polo formador de educadores, desde seu concebimento, a partir de 2010. Esse compromisso com a formação docente também se expressa historicamente por meio da recepção de estagiários oriundos das universidades públicas, sobretudo as federais, que desenvolvem seus estágios curriculares na instituição, assumindo um papel complementar àquele dos Colégios de Aplicação na preparação prática de futuros professores.

Em 2012, com a promulgação da Lei nº 12.677/2012, o Colégio Pedro II foi equiparado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o que ampliou suas possibilidades institucionais. Ainda assim, preserva características que o tornam único no contexto da rede federal, como a oferta de Educação Infantil e Ensino Fundamental, etapas não contempladas pelos demais IFs.

Esse processo de ampliação institucional se intensificou em 2020, com a criação de quatro cursos de licenciatura integradas em humanidades: Ciências Sociais, Filosofia, História e Geografia. Localizados no campus Realengo II, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e com ingresso via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), esses cursos evidenciam o compromisso do Pedro II com a formação de professores, alinhando-se à missão dos Institutos Federais que também atuam no Ensino Superior. A iniciativa se destaca por três aspectos principais: ser a única oferta de curso superior da rede federal naquela região; contar com um corpo docente que também atua na Educação Básica da instituição; e adotar uma abordagem decolonial transversal em todas as disciplinas, promovendo uma formação crítica, reflexiva e comprometida com a transformação social (Galinari; Castro, 2022).

Desde a implantação das licenciaturas no Colégio Pedro II, a instituição se estabelece como um modelo acadêmico distinto no âmbito da formação docente. O curso de Licenciatura

em Geografia se destaca por sua proposta curricular atualizada e comprometida com uma educação crítica, emancipatória e socialmente referenciada. Com um total de 1.135 horas destinadas às disciplinas obrigatórias, a matriz curricular é estruturada em três eixos formativos principais: o Eixo Pedagógico (420 horas), voltado à reflexão sobre os fundamentos do ensino e o exercício da docência; o Eixo Decolonial (240 horas), que promove o estudo de perspectivas críticas ao eurocentrismo e propõe abordagens decoloniais no campo educacional; e o Eixo Metodológico (210 horas), dedicado à iniciação científica, à prática da pesquisa e à produção textual. Além disso, o currículo prevê um mínimo de 240 horas, já que se propõe enquanto licenciatura integrada, em disciplinas optativas e eletivas, possibilitando ao estudante aprofundar temáticas específicas ou ampliar sua formação por meio de percursos interdisciplinares, e ainda dentro do compromisso decolonial travesso – que também permeia os demais cursos (Colégio Pedro II, 2023).

Embora dialogue com conteúdos clássicos da tradição disciplinar da Geografia, o curso apresenta um caráter distinto ao incorporar a decolonialidade como eixo normativo e dotar de algumas outras especificidades, como a obrigatoriedade das disciplinas Geografia da África e Geografia da América Latina, diferentemente de outras grades de instituições de ensino superior, além de prezar pela interdisciplinaridade, favorecendo a troca entre saberes. As disciplinas específicas de Estudos Decoloniais, ministradas nos períodos iniciais do curso, são centrais nesse processo. Elas se orientam por eixos temáticos fundamentais para o ensino em geografia: a constituição dos Estados-nação e da modernidade colonial; as relações entre natureza e colonialidade; e as articulações entre raça e gênero. A seguir, apresenta-se um quadro com referências bibliográficas selecionadas a partir do Projeto Político-Pedagógico (PPP 2020-2022) proposto pela concepção do curso, destacando os principais autores e obras recorrentes nas disciplinas, de modo a oferecer ao leitor um breve panorama dos debates teóricos que permeiam a proposta formativa do curso.

Quadro 1 – Amostra de referências bibliográficas do Eixo decolonial, conforme PPP do curso

Disciplina	Referências Bibliográficas Seleccionadas
Estudos Decoloniais I	CLASTRES, Pierre. <i>A sociedade contra o Estado</i> . 5. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2003. HAESBAERT, Rogério. <i>Território e descolonialidade</i> . São Paulo: Autêntica, 2021. MIGNOLO, Walter. <i>A ideia de América Latina</i> . Belo Horizonte: UFMG, 2005. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. <i>Revista Internacional de Sociologia</i> , Madrid, v. 61, n. 212, p. 93–126, 2003.
Estudos Decoloniais II	CANDAU, Vera; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina. <i>Educação & Pesquisa</i> , São Paulo, v. 36, n. 3, p. 731–747, set./dez. 2010. CUSICANQUI, Silvia Rivera. Uma mercadoria indígena e seus paradoxos. In: LANNA, Ana; SCHWARCZ, Lília (org.). <i>Histórias do índio</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 457–474. FERNANDES, Florestan. <i>O significado do protesto negro</i> . São Paulo: Expressão Popular, 2008. LINERA, Álvaro García. <i>As tensões criativas da revolução</i> . São Paulo: Boitempo, 2018. GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. <i>Primavera para as rosas negras: uma antologia de Lélia Gonzalez</i> . Rio de Janeiro: Zahar, 2018. p. 13–20.
Estudos Decoloniais III	ESCOBAR, Arturo. Mundos e conhecimentos de outro modo: o programa de pesquisa de modernidades alternativas. <i>Revista ARACÊ – Direitos Humanos em Revista</i> , Vitória, v. 2, n. 2, p. 40–64, 2005. MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. In: CASTRO-GOMES, Paula (org.). <i>Epistemologias do Sul</i> . São Paulo: Cortez, 2010. p. 73–102. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder. In: LANDER, Edgardo (org.). <i>A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas</i> . Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130. SHIVA, Vandana. <i>Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia</i> . São Paulo: Gaia, 2003.
Estudos Decoloniais IV	ESPINOSA, Yuderkys. Teorias descoloniais em diálogo. In: ESPINOSA, Yuderkys; GÓMEZ, Karina; OCHOA, Diana (org.). <i>Teorias descoloniais na América Latina: uma introdução crítica</i> . São Paulo: Dandara, 2020. p. 15–35. LUGONES, María. Colonialidade e gênero. <i>Revista Estudos Feministas</i> , Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 575–595, set./dez. 2008. MIRANDA, Claudia et al. <i>Pedagogias quilombolas e aprendizagens decoloniais</i> . São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. RIBEIRO, Djamila. <i>Quem tem medo do feminismo negro?</i> São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Fonte: Elaboração própria conforme PPP 2020-2022.

As referências acima, presentes em quatro disciplinas, além de reafirmarem o compromisso do curso, também revelam-se tangentes aos mais diversos debates existentes nas demais outras, evidenciando, portanto, um manual prático para o docente em formação, e explicitando a plena capacidade de haver, no dia a dia, a ruptura de uma episteme hegemônica, que tanto deslegitima os múltiplos sujeitos que compõe o ambiente escolar – já que contextualizar a espacialidade em meio a tanta diversidade que a compõe é, portanto, um profundo ato de resistência. Assim, o compromisso decolonial se delineia não apenas em quatro disciplinas obrigatórias, mas em toda a estrutura formativa do curso.

Nesse sentido, as abordagens, por exemplo, sobre a natureza nas aulas de Geografia, em suas diversas dimensões são transformadas, revelando como nossas concepções espaciais e ambientais já estão moldadas por visões hegemônicas. Transformar essas concepções, muitas vezes profundamente arraigadas, implica também romper a forma que disciplinas como Geografia Agrária, Biogeografia, Espaço Físico Brasileiro, entre todas as outras, são

compreendidas, e em última instância, a maneira como, estas, podem transformar o ensino de geografia.

Para que isso seja possível é necessário a superação do pensamento dito neutro, originado com a constituição da ciência, que, sob o mito da modernidade, reconhece como legítimos apenas as produções de saberes oriundas do Norte Global. Nesse contexto, cabe à disciplina, manter esse movimento de ruptura de uma ciência neutra, desvinculada das condições sociais de produção do conhecimento, e valorizar, em todas as suas formas, os múltiplos saberes que se manifestam nas diversas configurações espaço-temporais.

Por isso, destacaram-se algumas referências do PPP do curso de Licenciatura em Geografia (2020-2022) que compõem a reflexão a respeito da possibilidade de inserção de elementos voltados à resistência a uma geografia colonial. Nesse caminho, em meio a conteúdos comuns às disciplinas do currículo, a decolonialidade apresenta-se, não somente com o fim da lógica de natureza enquanto recurso, mas também surge na busca por justiça espacial, na visibilidade das comunidades minoritárias, na desconstrução de representações hegemônicas, e na busca pelo fim de uma ciência dita neutra, mas comprometida com o antirracismo, com o feminismo, com a consciência de classe e com o fim da LGBTQIA+fobia.

Ao analisar o Projeto Pedagógico do Curso, foi possível identificar que, embora a temática da decolonialidade esteja explicitamente contemplada em quatro disciplinas específicas, sua abordagem não se limita a esses componentes curriculares. Verificou-se, ainda, que a crítica à estrutura colonial se manifesta de forma transversal em diversas outras disciplinas obrigatórias ao longo do curso, conforme apresentado no Quadro 2 - junto a uma pequena amostra de bibliografias. Essa forma de inserção revela-se especialmente rica, pois demonstra o potencial de servir como referência para outras instituições que desejam incorporar a perspectiva decolonial em seus currículos, além disso, evidencia que esses debates não precisam e nem devem ficar restritos à “geografia humana”, já que as múltiplas existências historicamente invisibilizadas merecem ser reconhecidas, situadas no tempo e no espaço.

Nessa busca, foram considerados não apenas os autores que assumem a Modernidade/Colonialidade como referencial teórico, mas também aqueles cujo lugar de enunciação parte do Sul global, como Milton Santos (2011), cuja trajetória acadêmica é marcada por uma crítica contundente à cultura hegemônica¹. Para o autor, a chamada “aldeia global” não passa de uma fábula, já que o processo de globalização, longe de eliminar fronteiras, aprofunda desigualdades e impõe padrões uniformizadores. A análise excluiu propositalmente aquelas diretamente voltadas aos Estudos Decoloniais, expostas no Quadro 1, com o intuito de identificar como essas vozes e perspectivas críticas atravessam o currículo de forma transversal. Vale destacar, ainda, que não há previsão de disciplinas com pré-requisitos, o que permite que a ordem de seu oferecimento aos discentes seja variável. A escolha dessas referências busca, sobretudo, abrir caminhos para refletir sobre as múltiplas possibilidades insurgentes no campo educacional. Assim, este artigo pretende ampliar o campo de reflexão docente, de modo que tais perspectivas ultrapassem o plano teórico e passem a compor, de maneira efetiva, a prática cotidiana.

¹ Compreende-se que, embora diversos autores não tenham se autodenominado decoloniais, suas reflexões conformaram um debate prévio ao chamado giro decolonial, notadamente no que concerne ao lugar de enunciação a partir do Sul Global, contribuindo para a formulação das discussões que viriam a se consolidar no âmbito da Modernidade/Colonialidade.

Quadro 2 – Amostra de bibliografias decoloniais das disciplinas obrigatórias do curso de Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II

Disciplina	Referências Bibliográficas Seleccionadas
Geografia da África	DOS SANTOS, Renato Emerson. <i>Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil</i> . Autêntica, 2007. BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. <i>Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico</i> , v. 2, p. 9-26, 2019.
Geografia da América Latina	GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. L&PM Editores, 2010. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; DE ARAÚJO QUENTAL, Pedro. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. <i>Polis. Revista Latinoamericana</i> , n. 31, 2012.
Geopolítica	PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; DE ARAÚJO QUENTAL, Pedro. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. <i>Polis. Revista Latinoamericana</i> , n. 31, 2012. QUIJANO, Aníbal. <i>Colonialidad del poder, globalización y democracia</i> . Lima: Universidad Ricardo Palma, 2003.
Sociedade e Natureza	PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. <i>A globalização da natureza e a natureza da globalização</i> . Editora Record, 2006.
Geografia Agrária	GIRARDI, Eduardo Paulon. A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil. <i>Marília: Editora Cultura Acadêmica</i> , 2022. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. <i>Os (des)caminhos do meio ambiente</i> . São Paulo: Contexto, 2006.
Espaço Físico Brasileiro	ACSELRAD, HENRI. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. <i>Estudos Avançados</i> , São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010. DA PONTE, Franciney Carvalho; SZLAFSZTEIN, Claudio Fabian. Uma interpretação geográfica conectada ao Antropoceno. 2019.
Biogeografia	SALGADO, Lucas Rocha. Resenha: <i>Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho</i> , de Malcom Ferdinand. <i>Mana</i> , Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, e2023011, 2023. KRENAK, Ailton. <i>Ideias para adiar o fim do mundo</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
Cartografia	DE ALMEIDA, Regina Araujo. Ensino de cartografia para populações minoritárias. <i>Boletim Paulista de Geografia</i> , n. 87, p. 111-130, 2007. ALMEIDA, R. A.; FREITAS, M. I. C.; VENTORINI, Silvia Helena. <i>Cartografia tátil: orientação e mobilidade às pessoas com deficiência visual</i> . 2011.
Metodologias e Práticas em Geografia	SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios as práticas investigativas da ciência geográfica. <i>Espaço e Cultura</i> , n. 27, p. 39-56, 2010.
Educação e Inclusão	GLAT, Rosana. Desconstruindo Representações Sociais: por uma Cultura de Colaboração para Inclusão Escolar ¹ . <i>Revista Brasileira de Educação Especial</i> , v. 24, n. spe, p. 9-20, 2018.
Psicologia da Educação	CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. <i>Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil</i> . Editora Vozes Limitada, 2017.
Educação e Direitos Humanos	GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. <i>Currículo sem fronteiras</i> , v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.
Laboratório de Ensino III	FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa</i> . 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
Prática de Ensino em Geografia I	FREIRE, Paulo. <i>Educação como prática da liberdade</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
Prática de Ensino em Geografia II	HOOKS, Bell. <i>Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade</i> . São Paulo, 2017.

Fonte: Elaboração própria conforme PPP 2020-2022

Para além dos autores clássicos, o Projeto Político-Pedagógico da disciplina evidencia que temas como classe, raça e gênero não são apenas possíveis de serem abordados, mas constituem dimensões essenciais em diversas áreas da Geografia. Ao incorporá-los, promovem-se debates profundamente relevantes para a sociedade contemporânea, contribuindo para a construção de uma geografia de caráter decolonial. Nesse sentido, a próxima seção buscará aprofundar essa perspectiva, evidenciando o compromisso decolonial a partir da análise de algumas disciplinas selecionadas do curso.

3 ENTRE SABERES E ESPAÇOS: A DECOLONIALIDADE NAS DISCIPLINAS DA LICENCIATURA

O Projeto Político-Pedagógico do curso, elaborado anteriormente aos Planos de Ensino desenvolvidos pelos docentes responsáveis por cada disciplina, evidencia a necessidade de destacarmos, para fins exemplificativos, determinadas disciplinas que, à primeira vista, podem parecer distantes da abordagem decolonial. No entanto, como pensar em decolonialidade sem reconfigurar a cartografia eurocentrada? Como analisar a estrutura agrária brasileira sem questionar o racismo estrutural que a sustenta? Ou, ainda, como abordar a urbanização no Brasil sem considerar as minorias historicamente desapropriadas de seus territórios de vivência?

É importante destacar que a análise dos Planos de Ensino das disciplinas reflete a visão do docente responsável por sua elaboração, sendo, portanto, resultado de suas escolhas bibliográficas. Observou-se, nesse sentido, uma presença um pouco limitada de referências explicitamente decoloniais em comparação ao que é proposto no PPP. Esse dado, contudo, não invalida as consistentes discussões que permearam o curso, mas demonstra, por outro lado, o desafiador processo de reflexão política e pedagógica da decolonialidade quando aplicada a conteúdos um pouco mais técnicos.

Destaca-se, ainda, que tanto a análise dos PPPs quanto a dos Planos de Ensino se baseia em documentos dos primeiros anos de funcionamento do curso, ou seja, do momento em que cada disciplina foi ministrada para a primeira turma de ingresso, da qual fui integrante como estudante. Dessa forma os resultados apresentados refletem apenas a etapa inicial da oferta das disciplinas, sendo natural considerar que, ao longo do tempo, esses materiais possam ter passado por processos de reformulação, acompanhando a própria trajetória de aprendizagem e amadurecimento do curso.

Embora esse delineamento não tenha sido perceptível em todas as disciplinas, como ocorreu de maneira mais nítida nas de Estudos Decoloniais, os Planos de Ensino revelaram um compromisso consistente ao propor discussões a partir de um lugar de enunciação especialmente brasileiro. É o caso, por exemplo, das disciplinas de Biogeografia e Espaço Físico Brasileiro, ministradas entre 2021 e 2022, que trouxeram à tona uma pauta central para a perspectiva decolonial: a recusa em legitimar exclusivamente os saberes, vivências e produções científicas do Norte Global. Ao contrário, buscaram promover a ruptura desse fundamento. Essa reflexão dialoga diretamente com autores como Krenak (2019), ao enfatizar a necessidade de repensar o lugar da humanidade frente à crise socioambiental, e Ferdinand (2023), ao propor uma ecologia decolonial ancorada em experiências do Sul Global. Assim, foi elaborada uma análise que considerou as dinâmicas do geoambientalismo como indicadores das desigualdades sociais globais, evidenciando de que maneira clima, relevo, vegetação e hidrografia moldam a ação humana e, ao mesmo tempo, são por ela moldados. Nesse contexto, o curso também destacou como essa interação assume diferentes formas quando observada a partir de uma perspectiva colonial, conforme contextualizado neste trabalho.

Além dessas, outras disciplinas não diretamente vinculadas a conteúdos necessariamente brasileiros também se destacaram quanto à abordagem das discussões, como

Cartografia, Geografia Econômica e Geografia da População, ofertadas em 2020. Apesar de ancoradas em tradições do eurocentrismo, tais componentes curriculares estruturaram disciplinas também atentas ao lugar de enunciação e procuraram construir suas pautas a partir dele. Nessas disciplinas, emergiram reflexões sobre dinâmicas populacionais e sociais dos países não hegemônicos durante a pandemia de Covid-19 (período em que essas aulas foram ministradas de forma remota), sobre a cartografia enquanto linguagem territorial e instrumento de poder político-ideológico, e ainda sobre a crítica à globalização predatória promovida pela colonialidade e fundamentada pela economia do capital desde o Mercantilismo, conforme tematizado por Quijano (2003) e Porto-Gonçalves (2006).

Além disso, as disciplinas Laboratório I (voltada para Cartografia, 2021) e Laboratórios II e III (voltadas, respectivamente, para Geografia Humana e Geografia Física, 2021–2022) desempenharam um papel singular ao articular os conteúdos das demais disciplinas com a prática em sala de aula e a perspectiva decolonial. Essas disciplinas incentivaram os estudantes a refletirem sobre temas pouco explorados na formação de recém-licenciandos, como cartografia e contra-cartografia enquanto instrumentos de poder, o espaço escolar como mantenedor de tradições, a geografia imaginativa presente nos livros didáticos e a eficácia da cartografia participativa (Quintanilha, 2022). Criadas com o objetivo de desenvolver a “prática” docente e vinculadas aos estágios obrigatórios, essas disciplinas não apenas se comprometeram com o fazer pedagógico, mas também com a fundamentação teórica do curso, reforçando junto aos estudantes a importância de uma formação crítica frente à colonialidade do ser e do saber.

Dentro destas análises, destacou-se a disciplina Sociedade e Natureza, ministrada em 2022, evidenciando claramente o que se busca construir neste artigo, a proposta de que a mudança das estruturas dominantes deve ocorrer a partir da decolonialidade, sendo este um movimento possível em múltiplos campos, e não apenas na chamada Geografia Humana. O tema da natureza, tão caro e amplo para a Geografia, mas também presente em outras ciências, reforça, assim, a necessidade urgente de revisitar os conceitos geográficos que têm sido difundidos na academia. Esta disciplina, revelou-se fundamental por evidenciar a crítica entre a concepção de natureza amplamente difundida e sua raiz colonial. Ao longo do curso, referências como “Os (des)caminhos do meio ambiente” (2011), de Carlos Walter Porto-Gonçalves, mostraram a ausência de neutralidade nesse conceito, expondo como o colonialismo definiu a natureza como recurso, e como a colonialidade continua sustentando essa visão. Nesse cenário, outros conceitos despontantes como ecocídio (Galston, 1970) e antropoceno (Crutzen; Stoermer, 2000) ganham destaque, apontando para a gravidade dos danos ambientais após séculos de exploração predatória - temas estes, que acompanham intimamente a Geografia Escolar.

A própria ideia de “Desenvolvimento Sustentável,” por exemplo, pode ser problematizada a partir dessa análise, já que foi justamente o colonialismo que consolidou a noção hierárquica de sociedades “desenvolvidas” e “não desenvolvidas”. Estas últimas foram frequentemente classificadas como “selvagens”, termo derivado de “selva”, que reforça a oposição entre civilização (desenvolvimento) e natureza (selvageria).

Romper com essas perspectivas, no ensino de Geografia, significa também questionar a globalização entendida como um mero processo neutro de integração e fluxo de informações. Como argumenta Porto-Gonçalves (2017), essa concepção está condicionada pela colonialidade, que subalterniza saberes e práticas tradicionais e reduz a natureza a mero recurso mercantil—já que até mesmo o próprio conceito de “natureza” é moldado pela lógica moderna. Isso mostra, mais uma vez, que a colonização não se restringiu ao campo econômico, mas implicou igualmente a imposição de modos específicos de pensar e classificar o meio ambiente. A modernidade europeia, portanto, instaurou-se por meio da apropriação dos territórios e recursos das colônias, estruturando uma lógica global de dominação que possibilitou acumulação de capital de países europeus, e que hoje sustenta desigualdades explícitas no dito

processo de globalização. Assim, ao lado do estudo às relações entre sociedade e o meio ambiente, a disciplina evidenciou também como a técnica, enquanto método de domínio à natureza, sustenta narrativas de desenvolvimento e legitima os ideais de globalização.

Desse compromisso não se exclui a relevância das Disciplinas Geografia da América Latina e Geografia da África (2023), também compondo o curso obrigatoriamente, propositalmente revelaram-se focadas em difundir as múltiplas geografias existentes em tais continentes, já que, também devido a colonialidade, muito é dispersado equivocadamente sobre sua homogeneidade social e cultural. Para a bibliografia de Geografia da África, o livro “Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2019) constitui uma referência de grande relevância. A obra contribui para ampliar as discussões decoloniais ao incorporar as experiências africanas nos processos de resistência e reexistência das populações afrodiaspóricas, em diálogo com realidades brasileiras, caribenhas e norte-americanas. Um de seus enfoques trabalhados seria a valorização da “afirmação corpo-geopolítica”, entendida como a forma como sujeitos historicamente marginalizados constroem novos conhecimentos, modos de existência e projetos políticos. Essa perspectiva é basilar para analisar as geografias africanas a partir de epistemologias locais, rompendo com leituras homogêneas e eurocentradas do continente.

Além destes, outro aspecto importante a destacar é a forma como tais discussões foram levantadas ao longo da formação dos estudantes. As disciplinas de práticas educacionais e de metodologia de pesquisa foram inerentes nesse processo. Considerando a ciência eurocentrada e impossível de ser neutra, sempre partindo de um tempo e, especialmente, do espaço para enunciar-se, é comum debatermos como metodologias de sala de aula, trabalhos formais e métodos de avaliação não contemplam todas as formas de produção de conhecimento, excluindo práticas visuais, cinematográficas ou artísticas. Esses temas, presentes em diversos momentos da formação, não foram subalternizados, mas incentivados na prática docente diária, sem perder o rigor científico. Nesse sentido, destacam-se, tanto no Plano de Ensino, como nas discussões em sala de aula, as contribuições de autoras como Joseli Maria Silva (2010), ao levantar como geografias feministas desafiam práticas investigativas tradicionais e bell hooks, em “Ensinando a Transgredir”, propondo a transgressão como método de ruptura das normas opressivas (2011).

Por fim, a Educação, nesse percurso, evidenciou seu destaque. Diferentemente de muitos cursos de Licenciatura, o Colégio Pedro II propôs que as disciplinas pedagógicas acompanhassem os discentes desde o primeiro período, buscando não restringir a geografia escolar à aplicação prática da geografia acadêmica, mas compreendendo-a como parte da ciência viva que constrói conhecimento simultâneo. Assim, reafirmou-se o compromisso com práticas inclusivas e reparatórias que permeiam a educação pública brasileira, em sintonia com as reflexões de hooks (2017), Freire (1996; 2011) e Glat (2018), que reforçam a necessidade de uma pedagogia emancipatória e inclusiva.

Desse modo, a análise realizada permite compreender que a decolonialidade, embora nem sempre de forma explícita em todos os Planos de Ensino, constitui um eixo estruturante e transversal do curso, manifestando-se nas escolhas bibliográficas e nas práticas pedagógicas relatadas. Tal constatação reforça que o processo de construção de uma pedagogia decolonial não é imediato nem homogêneo, mas se realiza por meio de disputas, reformulações e reelaborações constantes. Ao evidenciar tensões entre tradição e inovação, entre técnicas herdadas do eurocentrismo e perspectivas críticas situadas no Sul Global, o curso reafirma a centralidade da educação como prática emancipatória.

Nesse sentido, outros estudos sobre a Licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II também destacam que a docência, nesse espaço formativo, ultrapassa a transmissão de conteúdos, mas configura-se como uma forma de “ativismo intelectual” e de compromisso com a transformação da realidade por meio da educação, uma percepção que se intensifica sobretudo

nas experiências que ocorrem fora do ambiente acadêmico, em contextos muitas vezes adversos (Brasil Correa, 2025).

Trata-se, portanto, de um movimento que não se encerra em um currículo estático, mas que se projeta no futuro como horizonte político de formação docente comprometida com a ruptura das hierarquias coloniais e com a invenção de novos modos de ensinar e aprender geografias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se contribuir para a reflexão acerca da urgência do desfazimento da geografia hegemônica em função da abertura a novos sujeitos e espaços prontos para serem legitimados. Evidenciou-se que a decolonialidade não se restringe somente a disciplinas específicas, mas se materializa na estrutura curricular do Colégio Pedro II, refletindo-se em bibliografias, práticas pedagógicas e escolhas metodológicas. Observou-se, entretanto, que em alguns Planos de Ensino a presença de referências decoloniais foi menos explícita, o que aponta para o caráter processual e disputado da implementação dessa proposta formativa. Ainda assim, a análise confirmou que o curso se constitui como uma experiência inovadora dentro da rede federal, assumindo a ruptura epistemológica como horizonte pedagógico e político.

Metodologicamente, a análise documental mostrou-se capaz para compreender a concepção e os caminhos iniciais do curso, embora apresente limites por se basear em documentos elaborados nos primeiros anos de funcionamento, os quais podem ter passado por reformulações posteriores. Essa escolha metodológica revelou não apenas o desenho do currículo, mas também as tensões entre teoria e prática, sinalizando a necessidade de articular análises documentais a investigações empíricas. Assim, abre-se espaço para reflexões futuras, bem como observações de práticas de ensino, de modo a aprofundar o debate da decolonialidade no cotidiano da formação docente.

Com o que foi construído aqui, propõe-se mais do que uma proposta curricular, trata-se de uma escolha política e epistemológica, voltada a formar educadores capazes de tensionar narrativas dominantes, valorizar saberes plurais e promover uma leitura geográfica do mundo que reconheça a diversidade de existências. Nesse horizonte, a decolonialidade não é um adendo, mas sim um princípio estruturante de uma Geografia que se quer emancipada.

Aqui, manifestam-se as necessidades de uma ciência acolhedora, propositalmente situada e comprometida com a ruptura dos cânones vigentes. A partir dessa proposta, espera-se ter aproximado a geografia como fonte de resistência às mazelas sociais que a moldam. Nesse sentido, reforça-se que o processo decolonial não é uma etapa concluída, mas um caminho em constante construção, que demanda revisões permanentes e abertura ao diálogo com epistemologias insurgentes. Como aponta Brasil Correa (2025), a superação desse hiato histórico exige tanto a revisão dos modelos de formação docente quanto a adoção de práticas de gestão democrática e colaborativa, reafirmando a centralidade da decolonialidade como horizonte político-pedagógico, aspecto que se evidenciou ao longo da análise do Colégio Pedro II. E é nesse horizonte que se inscreve o ato de “esperançar”, no sentido *freireano* (1992): um chamado à construção coletiva de uma educação crítica, plural e transformadora, capaz de criar possibilidades de um mundo mais justo.

5 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010.

ALMEIDA, R. A.; FREITAS, M. I. C.; VENTORINI, Silvia Helena. *Cartografia tátil: orientação e mobilidade às pessoas com deficiência visual*. 2011.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*, v. 2, p. 9-26, 2019.

BRASIL CORREA, Matheus. *Entre a teoria e a prática: uma análise crítica da formação docente em Geografia a partir de um relato de experiência*. Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

BRASIL. Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2012.

CABALLERO, Bárbara. *IDH-M: Uma análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para a Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos – IPP. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2015.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Editora Vozes Limitada, 2017.

COLÉGIO PEDRO II. *Projeto político-pedagógico do curso de Licenciatura em Geografia: períodos 2020–2021 e 2022*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2023. Disponível em: https://www.cp2.g12.br/blog/graduacao/files/2023/11/PPC_GEO_2020_2021e2022.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. The Anthropocene. *Global Change Newsletter*, n. 41, p. 17-18, 2000.

DA PONTE, Franciney Carvalho; SZLAFSZTEIN, Claudio Fabian. *Uma interpretação geográfica conectada ao Antropoceno*. 2019.

DA SILVA FRAZÃO, L.; PASSOS SÁ, L. Decolonialidade e desenvolvimento profissional docente: questões (im)pertinentes à educação científica. *Revista Educação em Questão*, [S. l.], v. 61, n. 69, 2023. DOI: 10.21680/1981-1802.2023v61n69ID32431. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/32431>. Acesso em: 17mar. 2025.

DE ALMEIDA, Regina Araujo. Ensino de cartografia para populações minoritárias. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 87, p. 111-130, 2007.

DOS SANTOS, Renato Emerson. *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. Autêntica, 2007.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. L&PM Editores, 2010.

GALINARI, Tiago Nogueira; CASTRO, Demian Garcia. A construção do currículo do curso de licenciatura em Geografia do Colégio Pedro II: escolhas e desafios. In: Paulo C. Zangalli Jr; Luis Paulo B. Silva; Grace B. Alves. (Org.). *Professores S/A - o trabalho docente e a formação de professores em tempos de acumulação flexível*. 1ed. Salvador: EdUFBA, 2022, v. 1, p. 57-66.

GALSTON, Arthur W. Ecocide: a new term for environmental destruction. *Washington Conference on War and National Responsibility*, 1970.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil*. Marília: Editora Cultura Acadêmica, 2022.

GLAT, Rosana. Desconstruindo Representações Sociais: por uma Cultura de Colaboração para Inclusão Escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, n. spe, p. 9-20, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GONZALEZ, Lélia; ORTIZ, María Camila. La categoría político-cultural de la amefricanidad. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 6, n. 1, 2022.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo, 2017.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MENDES, L. E. R. N. Decolonialidade, conhecimento poderoso e aprendizagem significativa: um diálogo teórico pertinente para o ensino de Geografia. *Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedro II*, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 35–45, 2024.

MIGNOLO, Walter D. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. *The South Atlantic Quarterly*, Durham, v. 101, n. 1, p. 57–95, 2002.

MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine E. *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis*. Durham: Duke University Press, 2018.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade: o lado oculto da modernidade. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Globalização, multiculturalismo e identidades*. Petrópolis: Vozes, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; DE ARAÚJO QUENTAL, Pedro. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis. Revista Latinoamericana*,

n. 31, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; DE ARAÚJO QUENTAL, Pedro. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis. Revista Latinoamericana*, n. 31, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201–246.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, globalización y democracia*. Lima: Universidad Ricardo Palma, 2003.

QUINTANILHA, Bruno Lins; DE DEUS, Leandro Andrei Beser. Mapeamento participativo: uma análise de possibilidades para a educação geográfica. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, v. 12, n. 22, p. 05-28, 2022.

ROCHA, G. O. R. da. O Colégio Pedro II e a institucionalização da geografia escolar no Brasil Império. *Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedro II*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 15–34, 2014.

SALGADO, Lucas Rocha. Resenha: Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho, de Malcom Ferdinand. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, e2023011, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do sul. In: *Epistemologias do sul*. 2010. p. 637-637.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. *Espaço e Cultura*, n. 27, p. 39-56, 2010.

SUESS, R. C.; SILVA, A. de S. A perspectiva decolonial e a (re)leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. *Geografia Ensino & Pesquisa*, [S. l.], v. 23, p. e7, 2019.

TOMELIN, Nilton Bruno; DOS SANTOS ALINE, Aline Coêlho; RAUSCH, Rita Buzzi. Interfaces entre o pensamento de António Nóvoa e a Teoria Decolonial na Formação de Professores. *EduSer*, v. 1, n. 1, 2022.